



## NEGROS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1889) NO SUL DO BRASIL IMPERIAL: OS IRMÃOS REBOUÇAS E A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO PARANAGUÁ-CURITIBA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3682

Ana Lúcia da Silva, UEM

### Resumo

Neste trabalho objetiva-se destacar o povo negro na Província do Paraná (1853-1889), no sul do Brasil imperial. Considerando a historiografia, a História política e História regional, especificamente a História do Paraná, com bases nos estudos de René Remond (org.). **Por uma história política** (2003), Ruy Wachowicz **História do Paraná** (2001), Adalberto Scortegagna et. al (orgs.) **História: Paraná: espaço e memória** (2005), Nilson César Fraga (org.) em **Territórios Paranaenses** (2011), Ângelo Priori et. al. (orgs.) **História do Paraná séculos XIX e XX** (2012), e de Marcos Napolitano et. al (orgs) **História e documentário** (2012), propõe-se: fazer a abordagem da História do Paraná provincial e dar visibilidade ao negro na América do Sul, o trabalho dos irmãos engenheiros Antonio Rebouças e André Rebouças na construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba na segunda metade do século XIX; e analisar um dos artefatos culturais da mídia, o documentário: “André Rebouças (1838-1898)”, da Série “Heróis de todo mundo”, do Projeto educativo “A cor da Cultura” lançado em 2004, criado após a aprovação da Lei n. 10.639/2003, uma das grandes conquistas do Movimento Negro no Brasil, no início do século XXI.

### Palavras Chave:

Brasil Império; História do Paraná; Movimento negro; Lei n. 10.639/2003; Mídia.

## Introdução

Nesse texto objetiva-se: em primeiro momento, apresentar uma breve digressão a História do Paraná, especificamente à emancipação política da Comarca da província de São Paulo, relacionando-a a História do Brasil Imperial; em segundo e último momento destacar a construção da estrada de ferro Paranaguá- Curitiba na segunda metade do século XIX, período do Paraná provincial, o trabalho dos irmãos e engenheiros negros Antônio Rebouças e André Rebouças. Além disso, expor a análise do documentário: “André Rebouças (1838-1898)” (2004), disponível no site, [www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br), onde há vários recursos pedagógicos, que professores/as da Educação Básica e da Educação Superior poderão ter acesso e utilizar na abordagem da temática: “História e cultura afro-brasileira e africana” no ensino de História.

## Diálogos sobre a emancipação política da Comarca da Província de São Paulo no Brasil Imperial

No século XIX, vislumbrando-se a História do Brasil, antes da emancipação política, o Paraná era Comarca da Província de São Paulo. O que isso representava para a população do Paraná?

Essa realidade política causava insatisfação entre a elite paranaense, esta desejava constituir um governo próprio, ou seja, autonomia política, para decidir sobre o seu destino político, econômico e social.

Após a chegada da Família Real ao Brasil, durante o governo de D. João VI, no Paraná em 1811 se organizou a primeira tentativa de emancipação política. O líder do movimento em prol a emancipação foi Pedro Joaquim Correia de Sá. Ele recebeu apoio da Câmara de Paranaguá, que autorizou Correia de Sá a ir ao Rio de Janeiro, fazer a representação de solicitação da emancipação política do

Paraná junto a D. João VI. Após várias tentativas junto à Corte o primeiro movimento em prol da emancipação política não teve êxito (WACHOWICZ, 2001, p. 113-144) e (CAMPINAS, 142-143).

Essa primeira tentativa de emancipação política do Paraná fracassou. Os paulistas não desejavam que o Paraná se tornasse independente, acreditava-se que a 5ª Comarca não possuía condições econômicas e sociais para a autonomia política. Naquela época, em 1812, D. João VI transferiu a sede da 5ª Comarca de Paranaguá para Curitiba (PRIORI, POMARI, AMÂNCIO, IPÓLITO, 2012, p. 16-17).

Entre a elite paranaense permaneceu o desejo de conquistar a emancipação política da 5ª Comarca da Província de São Paulo, tanto que dez anos depois da primeira tentativa, outra surgiu em prol da autonomia política do Paraná, conhecida como “Conjura Separatista”.

Em 1821, com a presença em Paranaguá do juiz de fora Antônio Azevedo Melo e Carvalho, os defensores da emancipação política do Paraná, organizaram um novo movimento, a “Conjura Separatista”. Este movimento teve como personagem principal o Capitão Floriano Bento Viana, que no contexto da solenidade de juramento de fidelidade à Constituição do Reino Unido de Portugal e Algarves, solicitou ao juiz de fora a nomeação de um governo provisório do Paraná, desmembrando a Comarca da Província de São Paulo. Novamente a tentativa de emancipação política do Paraná fracassou. Pois, o juiz de fora Antônio Azevedo Melo e Carvalho destacou que não era tempo de conceder aquela solicitação (WACHOWICZ, 2001, p. 114-115) e (CAMPINAS, 2005, p. 43).

A elite paranaense teve que esperar três décadas para que o sonho de emancipação política fosse realizado em 1853, um longo processo de disputa política e de jogo político na História do

Brasil imperial. Alguns fatos históricos contribuíram para que o governo Imperial acenasse com a possibilidade de concessão de autonomia política ao Paraná.

O governo Imperial enfrentou diversos problemas, dentre estes se destacaram: o levante dos liberais do Rio Grande do Sul contra os imperiais, ou seja, a eclosão da Revolução Farroupilha (1835-1845); o Partido Liberal estava insatisfeito com as novas leis decretadas pelo Império; a nova assembleia foi dissolvida pelo governo com a argumentação e alegação de existência de fraude; os liberais de Minas Gerais e São Paulo iniciaram um movimento revolucionário, agravando-se a situação política no Rio de Janeiro. Naquela conjuntura política o governo Imperial temia que a Comarca de Curitiba, localizada em posição estratégica, dominada por liberais, acabasse se unindo as forças revolucionárias rio-grandenses e a Coluna Libertadora de São Paulo e Minas Gerais (WACHOWICZ, 2001, p.117) e (CAMPINAS, 2005, p. 144).

Diante daquela conjuntura política, o governo Imperial acenou com a promessa de concessão da emancipação política do Paraná, se a 5ª Comarca da Província de São Paulo permanecesse leal aos imperiais. A Comarca de Curitiba permaneceu leal ao governo Imperial, lutando contra os revolucionários farroupilhas. Com o fim da Revolução Farroupilha em 1845, a elite paranaense teve que esperar alguns anos ainda para a conquista da autonomia política, visto que os paulistas buscaram adiar a emancipação. (CAMPINAS, 2005, p. 144-145).

No cenário político a discussão sobre a emancipação política do Paraná se constituiu em um longo processo e jogo político. Pois, os paulistas buscaram postergar a emancipação de sua Comarca. Após o fim da Revolução Farroupilha, somente em 1850, a emancipação política do Paraná voltou a ser discutida.

Em 1850, no governo imperial, surgiu a preocupação com as

possibilidades de invasão de países vizinhos. Por isso, houve a criação da Província do Amazonas, e aquele cenário político trouxe em discussão a emancipação política da 5ª Comarca da Província de São Paulo. Os deputados paulistas tumultuaram o processo de emancipação do Paraná, desmembraram seus distritos em dez unidades e reduziram o território da Comarca de Curitiba. Em 1852, devido a Lei n. 437, Curitiba passou de 5ª Comarca para 10ª Comarca da Província de São Paulo (PRIORI, POMARI, AMÂNCIO, IPÓLITO, 2012, p. 19).

E a luta política pela emancipação política da Comarca de Curitiba continuou ganhando novos contornos com o apoio de Minas Gerais e Bahia. Por que mineiros e baianos se interessaram pelo processo de emancipação política do Paraná?

Durante o governo Imperial, Minas Gerais e Bahia se interessaram em apoiar o projeto de emancipação política do Paraná, porque desejavam reduzir a importância política de São Paulo. Sendo assim, em 02 de agosto de 1853 o projeto de emancipação política da Comarca de Curitiba foi aprovado, sendo sancionado por D. Pedro II em 29 de agosto daquele ano. Assim, criou-se a Província do Paraná, sendo indicado como primeiro presidente, o baiano Zacarias de Góes e Vasconcellos. Ele assumiu o governo da Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853 (CAMPINAS, 2005, p. 148-151) e (PRIORI, POMARI, AMÂNCIO, IPÓLITO, 2012, p. 20-21).

Zacarias de Góes e Vasconcellos foi governador das Províncias de Piauí e Sergipe, exerceu cargos de deputado e de ministro no cenário político brasileiro. Ele tomou algumas decisões políticas para promover o desenvolvimento da Província do Paraná, tais como: estudos para investigar as possibilidades de construção de estradas que ligassem Curitiba (capital da Província) ao litoral, a fim de fomentar a economia por meio do

transporte de mercadorias de uma região a outra com mais eficácia; incentivo a instrução pública e qualificação da mão de obra, e também o “abrasileiramento” de estrangeiros que se estabeleceram no sul do Brasil (CAMPINAS, 2005, p. 150-151) e (PRIORI, POMARI, AMÂNCIO, IPÓLITO, 2012, p. 21).

Considerando-se o processo de luta pela emancipação política da Comarca da Província de São Paulo, pode-se afirmar que a autonomia política conquistada pelo o Paraná foi permeada por disputas políticas, constituindo - em um jogo político que durou décadas no governo Imperial.

Além disso, pode-se ressaltar que a emancipação política do Paraná, a constituição de governo próprio não resolveu os problemas de disputas de terras em nossa região, estas permaneceram e permanecem até os dias atuais (PÉREZ, OLIVEIRA, SCHELLMANN, 2011, p. 211-212).

Foi no contexto histórico do Paraná provincial (1853-1889), que a engenharia negra fez história no sul do Brasil, com a atuação dos irmãos e engenheiros Antônio Rebouças e André Rebouças na construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, possibilitando outro olhar para História do Paraná, relacionando-a com a História do Brasil, ao fazer a abordagem da História e cultura afro-brasileira no ensino de História e o uso da mídia (documentário) em sala de aula na Educação Básica e na Educação Superior.

### **Engenharia negra no sul do Brasil: os irmãos Rebouças a construção da estrada de ferro Paranaguá Curitiba**

A aprovação da Lei n. 10.639/2003 que estabeleceu a obrigatoriedade do estudo da História da África, história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino de nosso país, abriu caminhos para revisitarmos a História do

Brasil, dando visibilidade ao povo negro. Uma conquista do Movimento Negro, após décadas de lutas travadas ao longo do século XX e início do século XXI.

Posteriormente, com a aprovação da Lei n. 11.645/2008 se estabeleceu a obrigatoriedade do estudo da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena no espaço escolar.

Neste sentido, aqui objetiva-se revistar a História do Paraná província, relacionando-a com a História do Brasil, a fim de dar visibilidade ao trabalho dos irmãos Antônio Rebouças e André Rebouças, engenheiros negros que fizeram história no sul do Brasil Imperial, na segunda metade do século XIX.

Historicamente personagens negros da História do Brasil foram silenciados, devido à tradição da Historiografia Tradicional, que por muitos anos e/ou décadas enalteceu a história dos “grandes homens” que compunham a esfera política, consagrando-se no ensino de História nas escolas.

No âmbito da Historiografia Tradicional, a Escola metódica, a narrativa da História centrava-se nos documentos escritos oficiais, os historiadores expressavam um fetichismo em relação às fontes escritas e eles davam ênfase a História política dos “grandes homens” (CARDOSO, 1982, p. 45-46).

Por muito tempo os historiadores da História política tradicional privilegiaram a história dos “grandes homens”, que compunham a esfera do Estado, do poder e das disputas por conquistas e/ou de conservação, das instituições e das revoluções que o transformavam; e os vestígios escritos (RÉMOND, 2003, p. 15).

Na Historiografia tradicional o Estado é objeto de análise da produção histórica. Isso significou a hegemonia da História política no âmbito dos estudos históricos. Daí decorre a afirmação de que “no século XIX, o poder é sempre poder do Estado – instituições, aparelhos,

dirigentes; os acontecimentos políticos são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores” (FALCON, 1997, p. 65).

Até as primeiras décadas do século XX, a História política tradicional foi predominante, na História-narração os historiadores privilegiavam os nomes de pessoas de destaque da esfera do Estado e suas instituições, silenciando-se outros sujeitos sociais e anônimos, por exemplo: indígenas, negros e mulheres.

Porém, em 1929, na França, com os *Annales*, a Historiografia Tradicional foi alvo de fortes críticas. Os historiadores propõem uma História-problema contrapondo-se a História-narração, ampliaram a concepção de documento e afirmaram que tudo é documento, ou seja, todos os tipos de documentos disponíveis - todos os vestígios da atividade humana; e eles destacaram também a construção de temporalidades múltiplas, sem limitar o historiador ao tempo linear (CARDOSO, 1982, p. 37-38).

Nesse contexto histórico a História política tradicional foi veementemente criticada, visto à ênfase a História dos “grandes homens”. Com os *Annales* e a renovação da História política outros atores sociais entraram em cena na História, possibilitando novas abordagens na pesquisa e no ensino de História.

A nova História abriu caminhos para novas abordagens, aos novos e variados temas, como: “os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas” (FALCON, 1997, p.75).

A nova história política não descartou os estudos tradicionais, como partidos, eleições, guerras ou biografias. Porém, possibilitou uma nova perspectiva nos estudos históricos, tais como a análise de novos objetos, por exemplo: a opinião pública, a mídia e o discurso (RÉMOND, 2003, p. 6).

Isso revolucionou o olhar dos historiadores para a História política,

levando-os as novas abordagens e novos objetos. Considerando-se a renovação da História política, aqui se tem como objeto de análise um artefato cultural da mídia: o documentário “André Rebouças (1838-1898)”, apresentado por Alexandre Moreno, disponível no site: [www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br), Programas: “Heróis de todo mundo”, composto por três partes: “Conheça o herói”, onde se apresenta a biografia da personagem do documentário, com base em referências especializadas; “Conheça o intérprete”, breve biografia do ator e/ou da atriz que interpreta o herói negro e/ou a heroína negra; e “Assista o episódio” onde se apresenta o documentário. Os documentários do Projeto Educativo A cor da cultura também estão disponíveis no *You Tube*.

A cor da cultura é um projeto educativo, iniciado em 2004, que promove a valorização da História e cultura afro-brasileira, sendo uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobrás, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a Seppir - Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial (BRASIL, 2004). Neste projeto educativo, nos “Programas - Heróis de todo mundo”, há diversos documentários sobre os negros e as negras que se destacaram na História do Brasil, outras narrativas, sem se limitar a História Tradicional.

A palavra documentário tem sua raiz no termo “documento”, e uma aura de “verdade” circunda esta pretensão, ou seja, “a condição de atestar aquilo que foi captado pela câmera” (KAMINSKI, 2012, p. 188). A produção da imagem documentária costuma ser denominada de “tomada” – constituída pela presença de um sujeito sustentando a câmera no local do fato a ser registrado” (KAMINSKI, 2012, p. 188).

O documentário sobre André Rebouças, tem a duração de 2:02 minutos, é apresentado por um ator negro

Alexandre Moreno, com imagens em preto e branco. O ator está trajado com roupas de época, calça preta, camisa branca, gravata estilo borboleta preta e com casaco preto, tendo como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro em 1858. Moreno narrou a biografia de André Rebouças, em primeiro momento se ressaltou a trajetória política do pai de Rebouças no Brasil Imperial. Além disso, Moreno expôs a atuação de André Rebouças como engenheiro, ao narrar sua história na primeira pessoa do singular, em algumas “tomadas” se destacou: “Era preciso ter portos capazes de transformar o comércio em um negócio ainda mais atraente. E **eu construí as primeiras docas do Rio, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão**” (grifo nosso). “Ai veio uma grande seca e **eu fui convocado a traçar o Plano de abastecimento de Água da Cidade do Rio de Janeiro**” (grifo nosso).

Em outro momento do documentário de Rebouças se deu ênfase ao posicionamento político dele frente a escravidão, ou seja, o apoio ao Movimento Abolicionista, por meio da narrativa: “Mas **era preciso muito mais para fazer do Brasil, uma nação moderna. Era preciso pôr fim à escravidão**”. “**A abolição da escravatura eu vivi para ver. A democracia rural não.** Para quem não me conhece, me apresento: **Sou André Rebouças. Sou um cidadão negro brasileiro**” (grifo nosso).

A construção das tomadas do documentário sobre André Rebouças deu visibilidade a este sujeito histórico, apresentando-o de maneira didática em uma filmagem de curta duração. O formato do documentário propicia que este seja apresentado na sala de aula aos alunos e as alunas na Educação Básica e/ou Educação Superior, no sentido de problematizar a História do negro no Brasil, e o estudo da História e cultura afro-brasileira.

André Pinto Rebouças nasceu em 1838 na Bahia, era filho de uma negra

forra e de um alfaiate português, “um proeminente advogado (rabula), deputado e conselheiro de D. Pedro II” (BRASIL, 2004). André Rebouças em 1860 se formou em Engenharia na Escola Central do Exército, no Rio de Janeiro. Ele se especializou em fundações e obras portuárias na Europa, e no Brasil se tornou uma das maiores autoridades em engenharia ferroviária e hidráulica, no período de 1865 a 1866 ele serviu como engenheiro na Guerra do Paraguai (1864-1870) (BRASIL, 2004).

André Rebouças e seu irmão Antônio Rebouças, também engenheiro, foram autores do projeto da estrada de ferro Antonina-Curitiba, que foi base para a construção da ferrovia Paranaguá – Curitiba (BRASIL, 2004).

No Paraná província, em 30 de abril de 1856, a Lei Provincial n. 11 autorizou o governo a contratar uma empresa para a construção de uma via férrea para o litoral, concedendo-lhe privilégios de 40 anos. Depois de quatorze anos desta lei, o engenheiro Antônio Pereira Rebouças Filho, que se especializou e fez estágios na Inglaterra e na França, interessou-se pelo desafio de construção de uma ferrovia, visando superar os obstáculos da Serra do Mar. Antônio Rebouças já conhecia o Paraná e a Serra do Mar, pois entre os anos de 1865 e 1866 dirigiu as obras de construção da Estrada da Graciosa (PARANÁ, Banestado, 1990, p. 2).

Naquela época a escravização de negros/as ainda existia no Brasil imperial. Porém, Antônio Rebouças afirmava que não desejava o uso desta mão de obra na construção da estrada de ferro (PARANÁ, Banestado, 1990, p. 5).

Antônio Rebouças faleceu em 1874, antes da inauguração da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, ocorrida em 02 de fevereiro de 1885. A construção desta ferrovia favoreceu o transporte, a movimentação da economia e a ligação do litoral ao primeiro planalto paranaense, ao superar as adversidades da Serra do Mar

(PARANÁ, Banestado, 1990, p. 7).

Na segunda metade do século XIX, a construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba foi uma das grandes engenharias no sul do Brasil, visto as adversidades impostas pela Serra do Mar. Este fato histórico abre caminhos para se revisitar a História do Paraná, dando visibilidade a Antônio Rebouças, engenheiro negro, que como seu irmão André Rebouças, destacou-se na História do Paraná.

### Considerações finais

Conhecer e estudar as trajetórias de vidas dos irmãos Rebouças, na abordagem da História e cultura afro-brasileira no ensino da História do Paraná, relacionando-a com a História do Brasil, contribuiu para se repensar a história política de nosso país.

No final do século XIX e início do século XX, as teorias raciais seduziam o pensamento da elite brasileira, inferiorizando os povos não brancos: índios, negros e mestiços.

Revisitar a História política do Brasil naquele contexto histórico a partir das trajetórias de vida dos irmãos Rebouças nos faz ter orgulho de nossa ancestralidade africana e identidade negra. Pois, o ensino da História do negro no Brasil não deve se limitar apenas a escravidão e aos castigos de negros/as que transgrediram a ordem.

Outras histórias são possíveis de conhecer com a efetivação da Lei n. 10. 639/2003 nas instituições de ensino. O uso da mídia, como os documentários dos “Programas – Heróis de todo mundo”, do Projeto educativo “A cor da cultura”, abre caminhos para o estudo da História e cultura afro-brasileira, combatendo-se o ensino de tradição eurocêntrica.

### Referências

BRASIL. O projeto educativo “A cor da cultura” - 2004. Disponível no site: [www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br) Acesso em: 29 set. 2017

CAMPINAS, Ricardo da Costa. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto. et. al. (orgs.). **Paraná: espaço e memória**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005. p. 130-157.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DOCUMENTÁRIO: André Rebouças 1838-1898. Disponível no site: [www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br) Acesso em: 28 set. 2017

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. RJ: Editora Campus, 1997. p. 61-89.

KAMINSKI, Rosane. Yndio do Brasil, de Sylvio Back: histórias de imagens, história com imagens. In: MORETTIN, Eduardo. NAPOLITANO, Marcos. KORNIS, Mônica Almeida (orgs.). **História e documentário**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2012. p. 179-210.

PARANÁ. Banestado. **Coisas do Paraná – 2. A estrada de ferro Paranaguá-Curitiba. Uma obra de arte**. 1990.

PÉREZ, Mercedes Solá. OLIVEIRA, Deuseles de. SCHELLMANN, Karin. Povos e comunidades tradicionais no Paraná: sua emergência contra a expansão do capitalista. In: FRAGA, Nilson César (org.). **Territórios paranaenses**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

PRIORI, Ângelo. POMARI, Luciana Regina. AMÂNCIO, Silvia Maria. IPÓLITO, Verônica Karina. A emancipação política do Paraná. In: **História do Paraná séculos XIX e XX**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 15-22.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. RJ: Editora FGV, 2003.

**WHACHOWICZ, Ruy**. História do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.